

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

BEATRIZ HELENA FONSECA RODRIGUES DE CAMPOS FIGUEIREDO

O Projeto de Lei Geral dos Concursos Públicos e a “Ideologia Concurseira”

Rio de Janeiro, julho de 2015

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

BEATRIZ HELENA FONSECA RODRIGUES DE CAMPOS FIGUEIREDO

O Projeto de Lei Geral dos Concursos Públicos e a “Ideologia Concurseira”

Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação do professor **Fernando de Castro Fontainha**, apresentado à FGV DIREITO RIO como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Rio de Janeiro, julho de 2015

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca da FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO EM DIREITO

Título do trabalho: O Projeto de Lei Geral dos Concursos Públicos e a “Ideologia Concurseira”

Elaborado por: Beatriz Helena Fonseca Rodrigues de Campos Figueiredo

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à FGV DIREITO RIO
como requisito parcial para obtenção do
grau de bacharel em Direito.

Comissão Examinadora:

Professor Orientador: Fernando de Castro Fontainha

Examinador 1: Pedro Heitor Barros Geraldo

Examinador 2: Camila Souza Alves

Assinaturas:

Fernando de Castro Fontainha

Pedro Heitor Barros Geraldo

Camila Souza Alves

Nota Final: _____

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2015.

À minha mãe, Lúcia Helena Fonseca Silva, e à
minha avó, Maria da Glória Moreira Fonseca,
que com muito amor e dedicação, não
mediram esforços para que eu vencesse mais
esta etapa de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à minha família, sempre, por tudo.

Ao professor Fernando de Castro Fontainha, orientador não só deste Trabalho de Conclusão de Curso, mas também de minha trajetória ao longo da graduação. Obrigada pela confiança, incentivo, inspiração e amizade.

Aos professores e colegas de equipe de pesquisa, Pedro Heitor Barros Geraldo, Alexandre Veronese, Camila Souza Alves e Joana Waldburger, que proporcionaram uma iniciação científica repleta de boas ideias, cumplicidade e respeito.

Ao professor Antônio José Maristrello Porto, por ter me apresentado a FGV Direito Rio, que será sempre um local de boas recordações.

Ao professor Sérgio Branco e à Luciana Mello Cordeiro, pelo enorme carinho e dedicação aos alunos. Vocês me trouxeram paz em momentos difíceis.

Ao professor Gustavo Kloh, pelo brilhantismo de suas aulas, mesclando teoria, prática e conhecimentos de vida. Com toda a certeza as melhores e mais divertidas aulas.

Aos amigos que a FGV me deu para a vida, Beatriz Moutta Christino de Souza, Manuela Calheiros Gatto Uébe, Marcia Goldman Magalhães de Souza e Vinícius Moura Dutenkefer.

Aos amigos Victor Cardoso de Carvalho, João Pedro de Souza Oliveira, Gabriel Santos Cintra Gomes de Souza, Bruna Machado Maffei, Lívia Amaro de Araújo Leite e Izadora Braga Dolabela, que de maneira especial iluminam minha vida e meus pensamentos, compreendendo a minha constante ausência e sempre dispostos a ajudar quando preciso.

À Hector Rodrigo Ribeiro Paes Ferraz, que desperta em mim, a cada dia, os melhores sentimentos.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,
mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo
que todo mundo vê.” Arthur Schopenhauer

RESUMO

O Projeto de Lei Geral dos Concursos Públicos e a “Ideologia Concurseira”

Beatriz Figueiredo

O artigo trata, fundamentalmente, da análise do Projeto de Lei do Senado nº 6004 de 2013 à luz do conceito da ideologia concurseira. O cerne do trabalho passa pelo entendimento da diferença entre sistemas ideológicos existentes no âmbito acadêmico e pela compreensão dos pressupostos republicanos que guiaram o raciocínio da Administração Pública na determinação de um modelo de seleção de funcionários. O referido projeto de lei surge neste cenário tendente a suprimir lacuna legislativa de regramento específico dos concursos públicos no âmbito federal, no entanto, reproduzindo a ideologia concurseira. Informa o embate o Relatório de Pesquisa “Processos Seletivos para a Contratação de Servidores Públicos: Brasil, o País dos Concursos?”, realizada pela FGV Direito Rio em parceria com a Universidade Federal Fluminense, fruto da iniciativa “Pensando o Direito” da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Concurso Público. Seleção de Funcionários Públicos. Ideologia Concurseira. O Projeto de Lei Geral dos Concursos.

ABSTRACT

The Brazilian Public Examination Bill Project and the “Live-off Examination Ideology”

Beatriz Figueiredo

The article handles, fundamentally, the analysis of the Senate Bill Project nº 6004 of 2013, in light of the live-off examination ideology. The core of the work traverses through the understanding of the difference between existing ideological systems in the academic context, and through the comprehension of republican presuppositions which guided the rationale of the Public Administration when determining a model for civil service selection. The aforementioned bill project arises in this scenery tending to provision a legislative gap in the specific ruling for public examination in the federal context, however, still reproducing the live-off examination ideology. Informing the debate, we direct attention to the Research Report “Processos Seletivos para a Contratação de Servidores Públicos: Brasil, o País dos Concursos?”, created by FGV Direito Rio in partnership with the Universidade Federal Fluminense, product of the “Pensando o Direito” initiative from the Legislative Affairs Secretary of the Justice Department.

KEYWORDS: Public Examination. Civil Service Selection. Live-off Examination Ideology. Brazilian Public Examination Bill Project.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. A PESQUISA CIENTÍFICA.....	3
1.1 Objeto, Problemática e Hipótese.....	3
1.2 O Estado da Arte.....	4
1.3 A análise documental.....	8
2. O CONCURSO E SUAS IDEOLOGIAS.....	11
2.2 As ideologias republicana, burocrática e meritocrática.....	11
2.3 As ideologias acadêmica e profissional.....	13
2.4 A ideologia concurseira.....	17
3. ANÁLISE DO PROJETO DE LEI 6004/13.....	19
3.1 A presença da ideologia republicana, burocrática e meritocrática.....	24
3.2 A presença da ideologia acadêmica e profissional.....	29
3.3 A presença da ideologia concurseira.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	39

INTRODUÇÃO

O Brasil enfrenta o crescimento exponencial da procura por cargos e empregos públicos em diversos setores do Estado. A exigência da realização de concursos de provas ou de provas e títulos, prevista pela nossa Constituição Federal (art. 37, I e II), tem o condão de assegurar a igualdade de oportunidades aos cidadãos que almejam o ingresso no funcionalismo estatal, identificando e selecionando as pessoas mais adequadas mediante aprovação por critérios objetivos.

Muito além da sua finalidade prática, os concursos públicos delineiam comportamentos sociais, movem um mercado de preparação e organização cada vez mais proeminente e se reveste por regramentos específicos. Entretanto, ainda é uma área da Sociologia Jurídica não muito desenvolvida, e poucos estudiosos abordam esse universo. Curiosa a escassez de trabalhos dada a grandiosidade do assunto, já que inúmeros brasileiros estão participando de seleções públicas que atingem recordes de inscritos. Como exemplos, temos o concurso do Instituto Nacional de Seguridade Social, realizado no ano de 2012, do qual constaram 921.136 inscrições¹, bem como para a Caixa Econômica Federal, em 2013, com 1,1 milhão de candidaturas²

Tenho por objetivo, portanto, com o presente trabalho, contribuir para o desenvolvimento da ciência jurídica a respeito do fenômeno social descrito anteriormente, a partir da análise do tema “Lei Geral dos Concursos”, fomentando o debate existente sobre as novas regras que tramitam no Congresso Nacional.

O interesse pelo tema surgiu após meu engajamento na iniciação científica, no período entre 2012-2013, no projeto “Pensando o Direito”, do Ministério da Justiça e da PNUD, que resultou no Relatório de Pesquisa “Processos Seletivos para a Contratação de Servidores Públicos: Brasil, o País dos Concursos?”, realizada pela FGV Direito Rio em parceria com a Universidade Federal Fluminense, mais tarde publicada na forma de livro³. Nesta pesquisa, através da análise de 698 editais de processos seletivos, conseguimos revelar problemas

¹ Disponível em: <<http://www.concursosnobrasil.com.br/noticias/concurso-inss-2012-ministro-confirma-1050-convocacoes.html>> Acesso em: 15/06/2015.

² Fonte: CESPE/UnB. Inscrições: 1.156.744 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, setecentos e quarenta e quatro).

³ FONTAINHA *et al.*, 2014.

intrínsecos à idealização e operacionalização dos concursos públicos em nosso país, entre estes problemas, a existência de uma “ideologia concurseira”.

Neste mesmo período, mais precisamente em 17 de julho de 2013, fora apresentado o Projeto de Lei nº 6004, denominado “Lei Geral dos Concursos Públicos”, de autoria do então Senador Marconi Perillo - PSDB/GO, regulamentando o art. 37, II, da Constituição Federal, e estabelecendo normas gerais para a realização de concursos públicos na Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União. O texto tramita apensado, em razão da matéria, ao Projeto de Lei nº 252 de 2003 de autoria de Jorge Bornhausen - PFL/SC.

A justificativa apresentada pelos parlamentares, para o estabelecimento de um tratado normativo de âmbito federal, decorre da necessidade de superar dificuldades na seleção dos melhores candidatos às vagas disponibilizadas pela Administração Pública, além da adequação aos princípios constitucionais que devem reger os concursos. Todavia, este regramento deve estar norteado pela ausência de um obstáculo basilar à racionalidade dos certames, qual seja a “ideologia concurseira”, ressaltada como um dos principais problemas a serem enfrentados pela Administração Pública, pelo relatório de pesquisa mencionado.

Buscarei neste trabalho, analisar o Projeto de Lei e responder a seguinte pergunta: De que maneira o legislador, na elaboração do projeto de lei em questão, opta pela “ideologia concurseira” em detrimento de outras ideologias existentes no trato dos certames públicos de seleção de funcionários?

Partirei da hipótese de que a “ideologia concurseira” se evidencia na transcrição dos artigos da Lei Geral dos Concursos, como escolha precípua do legislador às demais existentes (republicana, burocrática, meritocrática, profissional e acadêmica), a partir da comparação direta entre elas e suas finalidades, o que mantém a problemática sustentada na pesquisa “Processos Seletivos para a Contratação de Servidores Públicos: Brasil, o País dos Concursos?”.

A metodologia adotada para esta pesquisa será a análise documental do texto da lei em foco, verificando em seus artigos quais expressam a “ideologia concurseira” e quais se aproximam das demais ideologias.

Num primeiro momento apresento, na revisão de literatura, o atual estado do debate acadêmico a respeito das seleções públicas de funcionários. Em seguida, me volto para o objeto, problema de pesquisa, hipótese e metodologia utilizada. Logo após, apresento as ideologias possíveis de serem implementadas pela Administração Pública. Por fim, me dedico à análise textual da Lei Geral dos Concursos verificando se tais ideologias se encontram nos artigos do PL e se existe uma preponderância de alguma delas sobre as demais.

1. A PESQUISA CIENTÍFICA

O objetivo deste primeiro capítulo será a exposição da estrutura da pesquisa, podendo ser observado como ela fora desenhada metodologicamente para cumprir sua proposta acadêmica.

1.1 Objeto, Problemática e Hipótese

O objeto proposto é o Projeto de Lei nº 6004 de 2013, denominado “Lei Geral dos Concursos Públicos”, de autoria do ex-Senador Marconi Perillo, que regulamenta o art. 37, II, da Constituição Federal, e estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos na Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União. O texto tramita apensado, em razão da matéria, ao Projeto de Lei nº 252 de 2003, também do Senado, de autoria do também ex-Senador Jorge Bornhausen. Portanto, meu *corpus* textual será o referida projeto, seus artigos e incisos, para a análise deste trabalho.

Em relação ao recorte temporal, por se tratar de um Projeto de Lei que tramita, atualmente, no Senado Federal, tendo que passar por diversas comissões temáticas que emitem relatórios e substitutivos para seu texto, além de não possuir uma previsão para sua aprovação, escolhi elaborar este artigo com base no texto da íntegra da proposta, disponível no site do Senado Federal⁴.

No que se refere ao problema de pesquisa, este se perfaz por meio de uma ideologia de concurso, que representa as expectativas depositadas pelo candidato ao cargo, as obrigações editalícias, os discursos que conferem legitimidade e o desenvolvimento de estratégias de acesso, em detrimento de outras ideologias, que serão posteriormente apresentadas, atribuindo ao procedimento seletivo “um fim em si mesmo”. A pesquisa “Processos Seletivos para a Contratação de Servidores Públicos: Brasil, o País dos Concursos?” apontou este como um

⁴ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=585601>> Acesso em: 15/06/2015.

dos principais obstáculos a serem superados em um posterior marco legislativo dos concursos. Advindo um projeto de lei neste sentido, relevante analisá-la no que tange aos artigos sensíveis a esta ideologia, bem como a reprodução deste problema nos futuros editais de concursos.

Meu objetivo será responder o seguinte questionamento: De que maneira o legislador, na elaboração do projeto de lei em questão, opta pela “ideologia concurseira” em detrimento de outras ideologias comumente postuladas no debate público no trato dos certames para a seleção de funcionários?

Partirei da hipótese de que a “ideologia concurseira” se evidencia nos artigos da Lei Geral dos Concursos, como escolha precípua do legislador às demais existentes (republicana, burocrática, meritocrática, profissional e acadêmica), perpetuando a problemática sustentada na pesquisa “Processos Seletivos para a Contratação de Servidores Públicos: Brasil, o País dos Concursos?”, questionando a eficiência da seleção de candidatos mais aptos ao cargo disputado.

1.2 O Estado da Arte

Para situar o objeto de pesquisa, a Lei Geral dos Concursos, em relação às diferentes contribuições acadêmicas e abordagens a respeito das seleções públicas, se faz necessária a exposição de uma revisão de literatura, sendo este capítulo fundamental para explicar os acréscimos da tese ao estado de conhecimento atual.

Realizei, primeiramente, uma busca no *site* do Google Acadêmico com as seguintes palavras-chave: “Lei Geral dos Concursos Públicos”, “Projeto de Lei 6004/2013”, “Projeto de Lei 255/2003”. Entretanto, nenhum trabalho foi encontrado.

Na ocasião do projeto Pensando o Direito, do Ministério da Justiça, que resultou no Relatório de Pesquisa “Processos Seletivos para a Contratação de Servidores Públicos: Brasil, o País dos Concursos?”, fora realizada uma revisão de literatura a respeito da seleção de funcionários públicos federais, revisão esta da qual me sinto a vontade de utilizar neste artigo - incluindo outras referências - devido a minha participação pretérita na iniciação científica e a manifesta relação com o tema proposto (FONTAINHA *et. al.*, 2013, p. 299 - 304).

Utilizou-se naquela pesquisa as palavras-chave: “concurso”, “seleção” e “recrutamento”. Além disso, foi feito o recorte “Brasil” e “setor público” e a exclusão das discussões que tratassem sobre “escola”, “universidade” ou “vestibular”. A bibliografia produzida, a respeito desses critérios de busca, possuem foco nas disciplinas Administração, Saúde, Políticas Públicas, Sociologia, Letras, Educação, Direito, Psicologia, Contabilidade e Finanças, e revelam de que forma o tema vem sendo tratado pelos pesquisadores e ao mesmo tempo seus objetos de interesses.

Neste universo, foram encontradas pesquisas voltadas para o estudo do perfil dos candidatos e dos “concurseiros”, expressão utilizada por *sites* orientados para pessoas que fazem concursos (DOUGLAS, 2013).

A respeito do perfil dos candidatos, temos a dissertação de Carro (2007) que se ateu ao concurso de residência médica no SUS. A autora investigou as características sociais dos candidatos como sexo, idade, escolha da especialidade, local de graduação, natureza jurídica da faculdade de graduação, além do desempenho no Exame Nacional de Cursos, presença e situação de habilitação no concurso.

Sobre o perfil dos “concurseiros”, temos a pesquisa de Albrecht e Krawulsky (2011), que analisaram as propriedades sociais dos candidatos, as principais motivações dos alunos de cursos preparatórios e os tipos de concursos que eles realizaram. Os autores ainda buscaram compreender o investimento pessoal e econômico envolvido nas escolhas dos “concurseiros”.

Neste mesmo enfoque, temos a pesquisa elaborada por Amancio (2009) que investigou as características sociais dos candidatos aprovados, tendo por objetivo a análise das relações entre o concurso público, o processo de profissionalização dos professores e o perfil sócio-cultural dos aprovados no concurso da Prefeitura do Município de São Paulo, para professor adjunto (2004) e para professor titular (2007), além da organização da rede e da carreira docente deste município e o perfil sócio-cultural dos professores de História aprovados nos dois concursos. A autora concluiu que a seleção pública é o centro do processo de profissionalização dos professores, sendo um importante instrumento da burocracia moderna para a seleção destes.

Algumas pesquisas na disciplina de Letras, ainda em relação ao perfil dos “concurseiros”, investigaram sobre as competências linguísticas dos professores e dos alunos na realização das provas de concursos públicos, destacando as formas de interpretação de textos (MARTINO, 2008). Outro artigo versa sobre as competências de aprendizado para a realização de concursos na área de ciências contábeis (JUNIOR *et al*, 2008), trazendo a conclusão de que “a seleção dos novos contadores na Administração Pública Federal não

atende a esse papel mais abrangente requerido pelos desafios impostos pelo cenário econômico e tecnológico globalizado.”⁵

A pesquisa de Puppo Luz e Silva (2008) tem enfoque diverso. Ela atentou para a figura desempenhada pelos cursinhos preparatórios para concurso público na formação de concepções sobre o mundo do trabalho. As autoras demonstraram que “o fadigamento dos sujeitos provocado por essa lógica está promovendo um repensar da vida e suas conexões com o trabalho, bem como os modos de ser do trabalhador, fazendo com que algumas certezas estejam sendo repensadas e recolocadas.”⁶

O artigo de Meirelles (2002) também se volta para os cursos preparatórios indicando um “déficit” no ensino do direito, na medida em que estes espaços se constituem em locais de disseminação de práticas profissionais corporativas.

Em relação ao perfil dos funcionários públicos, temos o trabalho de Castelar *et al.* (2010), que averiguou os fatores de sucesso nos concursos através das pessoas aprovadas nas seleções e que tomaram posse. Os pesquisadores afirmam que:

(...) a probabilidade de sucesso no concurso foi definida como função de um vetor de atributos sócio-econômicos, constatou-se que alta renda familiar, escolaridade acima do ensino médio, ser oriundo de região metropolitana, ter cursado o ensino médio em escola privada e ser jovem, são fatores que contribuem para aumentar a chance de passar no concurso. Por outro lado, ter renda pessoal abaixo de dois salários mínimos e ser detentor apenas de escolaridade de ensino médio contribui negativamente para aprovação no concurso. Constatou-se ainda que a variável ensino médio apresenta o maior efeito marginal em termos absolutos, o que dramatiza a situação dos candidatos de baixa escolaridade.⁷

A pesquisa de Flauzino e Borges-Andrade (2008) investigou o comprometimento organizacional afetivo do servidor público brasileiro, a partir das formas de solidariedade e organização do trabalho nos setores de saúde, educação e segurança. No mesmo sentido, temos a pesquisa de Rutkowski (1998) discutindo aspectos da gestão de funcionários públicos e artigos que se voltam para as transformações nas formas de gestão do funcionalismo público e os reflexos em seus funcionários (NUNES, 2010; PAULA, 2005, SPILKI; TITTONI, 2005).

⁵ JUNIOR *et al.*, 2008, p. 118.

⁶ PUPPO; SILVA, 2008, p. 287.

⁷ CASTELAR *et al.*, 2010, p. 92.

Outros trabalhos tratam das instituições organizadoras do concurso e as formas de acesso. A dissertação de Costa (2010) analisa a política de recrutamento e o modelo de concurso para professores do ensino fundamental do município de São Paulo entre 1983-96, a partir dos editais das seleções públicas. O autor concluiu que a política de recrutamento é ineficiente, uma vez que os concursos possuem, como principal forma de avaliação, provas de questões de múltipla escolha.

Outro grupo pesquisas analisam questões jurídicas dos concursos, em suas diferentes etapas, que culminam, eventualmente, nas formas de controle judicial (CUNHA, 1999; MACHADO, 2006; SCHIRMER, 2001; SOUSA, 2011). Já a dissertação de Vasconcelos (2006) procura demonstrar as modificações do modelo burocrático brasileiro através das normas jurídicas.

Em relação as pesquisas que entendem o concurso enquanto uma política pública de seleção, Carneiro (2011) analisa a experiência da reestruturação das carreiras exclusivas de Estado no Fisco da Bahia por meio das suas seleções, assim como a pesquisa de Gomes (1998) sobre as políticas de seleção de professores nos concursos públicos para professor da rede estadual de São Paulo.

Temos ainda a pesquisa de Oliveira (2006) sobre o ingresso de pessoas portadoras de deficiência no serviço público. O trabalho revela que, desde 1989, a adoção da “reserva de vagas” ampliou o acesso das pessoas com deficiências para cargos e funções compatíveis com suas condições físicas. Para a pesquisadora, isto evidencia uma contradição com o discurso oficial em vigor, tendo em vista que ao mesmo tempo em que estabelece um critério igualitário a todos os concorrentes, criam-se políticas públicas alternativas para legitimar a desigualdade. Além disso, a pesquisa aponta indícios de exclusão, destas pessoas, pelo sistema escolar e que devido a este fato não conseguiriam boas colocações para o ingresso imediato no serviço público.

Além destas pesquisas, faz-se relevante a dissertação Passos (2013) que pretendeu analisar os procedimentos de seleção de magistrados no Brasil, por intermédio da atual sistemática de concurso público. O objetivo da pesquisa consistiu em avaliar se o modelo de concurso público utilizado pelos tribunais brasileiros mostrou-se adequado para avaliar as principais competências necessárias ao exercício da magistratura no atual contexto do país.

Em complemento ao raciocínio, o trabalho de Freitas (2008) analisou a seleção da magistratura trabalhista, concluindo que para uma melhor seleção, além da competência para realizar os concursos dos diversos ramos da justiça (Tribunais Regionais Federais ou do Trabalho; e dos Tribunais de Justiça) não impediria que os Conselhos Nacionais e as Escolas

Nacionais de Magistratura realizem estudos e fixassem regras com vistas ao aperfeiçoamento do sistema. Neste sentido, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho teria papel relevante na revisão do programa nacional do concurso e na capacitação das Escolas Regionais, ou das Comissões de Concurso dos Tribunais Regionais, para aprimorar os critérios técnicos de realização das provas, tendo em vista os relevantes estudos da área da educação sobre avaliação da aprendizagem.

Também encontramos trabalhos de enfoques diferenciados quanto a área de pesquisa. Um deles, a respeito das provas e realização de questões de concursos públicos (DESCARDECI, 1992), outro, com uma abordagem histórica, sobre a forma de seleção de professores durante o império, a partir da análise de documentos que possibilitam reconstruir como era este concurso (MANCINI, 1999), e uma pesquisa sobre as imagens do professor de língua portuguesa nos concursos da grande São Paulo (BATISTA, 2011).

Ainda temos o trabalho de Couto (2014) que buscou analisar especificamente os concursos públicos de magistratura, chocando a literatura sobre o tema com relatos de estudantes da EMERJ⁸, coletados em grupos focais, salientando a dicotomia entre vocação e estratégia.

Por fim, temos os trabalhos de Fontainha, primeiramente a respeito dos processos de aprendizado, circulação e transmissão de competências técnicas e sociais, cuja acumulação e homogeneidade formariam um *ethos*, um *habitus* ou uma *práxis* profissional entre os concursandos, numa etapa anterior a realização do certame para a magistratura, a partir da análise do perfil dos alunos da EMERJ (2011); mais tarde, um artigo sobre a meritocracia e os concursos públicos (2014); e depois, em conjunto com Geraldo, Veronese e Alves, o trabalho específico da experiência dos concursos brasileiros e a ideologia concurseira (2015).

Deste modo, percebemos que as abordagens de cada trabalho científico buscaram tratar de momentos específicos da organização social dos concursos públicos, possibilitando uma melhor compreensão de como se operacionalizam as formas de controle e os efeitos sociais do concurso sobre a vida das pessoas envolvidas neste processo.

1.3 A análise documental

⁸ Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

A metodologia adotada para o recolhimento de dados para esta pesquisa qualitativa foi a análise documental, mais especificamente do documento público disponibilizado no site do Senado Federal⁹ que apresenta o inteiro teor do texto da lei em foco, de autoria de Marconi Perillo, apresentado à Mesa do Senado em 17/07/2013. O intuito de sua análise é verificar em seus artigos, incisos e parágrafos, quais expressam a ideologia de concurso e quais se aproximam das demais ideologias que serão posteriormente explicitadas e que rondam o universo acadêmico dos modelos ideais possíveis a serem adotados pela Administração Pública.

Cumprе salientar que a pesquisa documental pode ser realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza (pintura, escultura, desenhos), notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos¹⁰.

Tal método de pesquisa, contribui significativamente para a coleta de dados relativos ao projeto de lei em tramitação. No entanto, de acordo com a doutrina de André Cellard:

(...) é impossível transformar um documento; é preciso aceita-lo tal como se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja. Torna-se assim essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são geralmente as únicas que podem nos esclarecer, por pouco que seja, sobre uma situação determinada. Entretanto continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar¹¹.

O autor propõe que se estabeleça uma avaliação crítica que constitua a primeira etapa da análise documental, se aplicando em cinco dimensões: (i) o contexto, (ii) o autor, (iii) a autenticidade e a confiabilidade do texto, (iv) a natureza do texto, (v) os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Portanto, se faz necessário o exame do contexto social global no qual foi produzido o documento e o âmbito de imersão de seu autor e daqueles a quem ele foi destinado; a

⁹ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=585601>>
Acesso em: 15/06/2015.

¹⁰ SANTOS, 2000, p. 45.

¹¹ CELLARD, 2010, p. 295

verificação da conjuntura política, econômica, social, cultural que propiciou a produção do documento; bem como identidade da pessoa que se expressa, dos seus interesses e dos motivos que a levam a escrever, se o indivíduo fala em nome próprio ou em nome de um grupo social ou uma instituição.

Ademais, importante assegurar a qualidade da informação transmitida, verificando a procedência do documento, e estar atento à relação existente entre o autor e os autores que o descrevem. *Mister* a intercomunicação entre o parlamentar que assina o Projeto de Lei e o Assessor Parlamentar que o elabora de fato. No entanto, já adianto a impossibilidade de verificarmos essa comunicação entre os agentes, devido apenas à leitura do documento. Esse caráter poderia ser mais evidente caso estivéssemos diante de uma abordagem etnográfica, estando de corpo presente na ocasião da elaboração do projeto.

Cabe ainda especificar a natureza de um texto ou seu suporte antes de tirar conclusões. Efetivamente a proposta do autor para com seus interlocutores e a própria estrutura de um texto podem variar enormemente conforme o contexto que ele foi redigido. É nitidamente o caso de documentos de natureza jurídica, que são estruturados de forma diferente e só adquirem um sentido para o leitor em função de seu grau de iniciação no contexto particular de sua produção, qual seja o político/jurídico.

Ainda é necessário delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos; precaução totalmente pertinente no caso dos documentos mais recentes nos quais podem evidenciar “jargões” profissionais específicos, imperioso no âmbito da criação das leis, segundo o contexto preciso em que eles são empregados.

Finalmente é útil examinar a lógica interna, o esquema ou o plano do texto para verificarmos como um argumento se desenvolveu, quais são as partes principais da argumentação, entre outros aspectos.

Sendo assim, no capítulo 3, específico de análise do documento, primeiramente buscarei suprir essas dimensões apresentadas, e posteriormente, verificar qual das ideologias se mostrou mais latente. Desta forma, pretendo chegar na “tônica” da Lei Geral dos Concursos Públicos, testando a minha hipótese, a partir do problema de pesquisa levantado, de que a ideologia dos concursos se reproduz com afincos do legislador, numa espécie de coroação deste modelo como padrão a ser seguido no âmbito federal, e por simetria, a ser replicado, posteriormente, nas demais esferas de organização pública.

Por ora, antes de partirmos para o cerne da pesquisa, se faz necessária a exposição do conceito de ideologia proposto, bem como as demais existentes no plano ideal em detrimento da ideologia de concurso, que será proposta à seguir.

2. O CONCURSO E SUAS IDEOLOGIAS

A definição basilar expressa um conjunto de ideias, convicções e princípios filosóficos, sociais e políticos que caracterizam o pensamento de um indivíduo, grupo, movimento, época e sociedade.¹²

Aplicado o conceito especificamente no universo dos concursos públicos, ele traduz a capacidade de estabelecer e unificar estratégias, mobilizar projetos institucionais e delinear a conduta de seus participantes e agentes, ou seja, todas as estruturas que se inter-relacionam neste universo, sejam jurídicas (por meio das leis que estabelecem a legalidade dos certames e os editais que importam regras específicas para cada seleção), bem como todo o empenho de seus agentes, os candidatos, os cursos preparatórios e os órgãos públicos que necessitam de funcionários e estabelecem uma vivência própria.

Portanto, será representada pela ideologia de concurso o conjunto de atributos que se podem ver majoritariamente presentes na forma como os diferentes atores envolvidos vivenciam o processo de seleção pública, estando representadas suas expectativas, obrigações, discursos de legitimação e estratégias.

Ademais, outras ideologias podem ser identificáveis nesse processo, como tipos ideais possíveis (WEBER, 1991), alternativos a adoção da manifesta “ideologia concurseira”. Tratam-se das ideologias republicana, burocrática, meritocrática, acadêmica e profissional, que podem eventualmente ser adotadas no âmbito da administração pública para conduzir os certames de seleções de funcionários a uma racionalidade específica e de planejamento institucional dos certames.

2.2 As ideologias republicana, burocrática e meritocrática

¹² Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/ideologia>> Acesso em: 15/06/2015.

A primeira ideologia a ser tratada é a republicana, e se faz primária sua análise tendo em vista o cunho histórico a ela atrelada. Notório que o Brasil enfrentou um período de monarquia absolutista em que o poder emanava diretamente do rei. Como o poder de Estado era pertencente a uma única pessoa, a exclusividade aristocrática sobre os cargos públicos mais vantajosos era o critério racional vigente.

Com os ventos dos ideais de república, pela superação da aristocracia, ganhou força o discurso do caráter antidemocrático das nomeações pelo monarca, como uma iniciativa de redução do seu poder, ainda que por vezes esse poder possa ter sido constituído democraticamente. Sendo assim, é pela ideologia republicana que a nomeação de funcionários diretamente pelo poder eleito, ainda nos dias de hoje, é vista como resquício aristocrático. Temos como exemplo os cargos de confiança que ainda resistem ao modelo de concurso.

O resultado desta marcha pela igualdade dos indivíduos nos trouxe a grande inovação da modernidade ocidental e o objeto primordial deste trabalho. Pela primeira vez estaríamos diante dos certames de seleções públicas como fruto da direção burocrática racional-legal¹³. Portanto, surge a ideologia burocrática representando uma nova racionalidade gerencial da Administração Pública, a da gestão do Estado por um corpo de funcionários selecionados por concurso público (WEBER, 1966).

Essa racionalização das seleções de pessoas para cargos públicos fora basicamente pautada no critério escolar, ou seja, a partir da verificação do saber mínimo e geral necessário para o interessado exercer determinada função.

Neste cenário que monta a base da democracia, tendo por bandeira a igualdade entre os indivíduos de uma mesma Nação, um valor se destacou como sendo, portanto, primordial na escolha dos indivíduos responsáveis pelo funcionalismo público: meritocracia.

A referida palavra foi pela primeira vez escrita em 1956, pelo professor Michael Young, da *London School of Economics*, na obra “*The Rise Of The Meritocracy*”¹⁴, que contava a história política da Inglaterra do final do século XIX até o início do XXI¹⁵.

Young determina em sua obra a impossibilidade de instauração de um governo inteiramente “do povo”, mas que uma forma de contorno dessa barreira seria a possibilidade de instauração de uma luta pela maneira mais justa de se selecionar as elites. Esse posicionamento estaria diretamente atrelado à ideia de que forças históricas levaram os Estados Modernos a uma racionalização de seleção para evitar o desperdício de talentos,

¹³ FONTAINHA *et al.*, 2013, p. 294.

¹⁴ YOUNG, 1994.

¹⁵ A obra de Young é um ensaio de história política até 1956. Posterior a esta data, uma ficção política.

peessoas caras num contexto de conflitos imperiais franco-britânicas até as duas grandes Guerras Mundiais da primeira metade do século XX. Neste contexto, a Escola se torna a instituição fundamental da República, e é ela que, por meio de um coeficiente atribuído, determinará a posição social de cada um.

Cabe ainda ressaltar o entendimento da professora Livia Barbosa, em seu artigo “Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil?”, que busca diferenciar meritocracia quanto critério de ordenação social e meritocracia enquanto ideologia, *in verbis*:

(...) No primeiro caso, o mérito – a capacidade de cada um realizar determinada coisa ou se posicionar em uma determinada hierarquia, baseados nos seus talentos ou esforço pessoal - é invocado como critério de ordenação dos membros de uma sociedade apenas em determinadas circunstâncias. No segundo, ele é valor globalizante, o critério fundamental e considerado moralmente correto para toda e qualquer ordenação social, principalmente no que diz respeito à posição socioeconômica das pessoas. Ou seja, num universo social fundado em uma ideologia meritocrática, as únicas hierarquias legítimas e desejáveis são baseadas na seleção dos melhores. Existe, portanto, uma grande diferença entre sistemas sociais meritocráticos apenas para determinados fins e sociedades organizadas a partir de uma ideologia meritocrática, onde quase toda e qualquer posição social deve ser ocupada pelos melhores com base no desempenho individual.¹⁶

Portanto, por ora, ficamos com o entendimento da ideologia meritocrática como sendo aquela que vê, no resultado dos processos objetivos de medição de performance, a expressão do mérito, definido por Michael Young como “esforço + talento”.

2.3 As ideologias acadêmica e profissional

Até o momento, a organização de estado para a seleção de funcionários teve alicerce na igualdade republicana, depondo a unicidade da aristocracia que ocupava cargos públicos, tendo em vista a vontade do monarca instituído. Sendo assim, pela primeira vez, surgiu uma racionalidade burocrática estatal para a inserção de pessoal por meio de certames que

¹⁶ BARBOSA, 1996, 67-68.

buscavam alinhar o conhecimento geral escolar com o “saber fazer” individual. Significa dizer que a direção burocrática racional-legal, tomada pelo Poder Público para a integração de um indivíduo em seus quadros, se deu escolar e profissionalmente.

A escola e o trabalho representaram, neste contexto de mudanças, duas etapas essenciais para a socialização de um cidadão fora do âmbito familiar. Por meio desse binômio que a força pelo sangue das elites aristocráticas foi extinta. Logicamente este processo se deu de forma paulatina, por meio de práticas, crenças, discursos e projetos institucionais que viabilizaram este resultado, pois estava em questão a construção social do Estado moderno.

Os concursos públicos tomaram forma, portanto, a partir de uma extensão desses dois universos, transcritas hodiernamente pela ideologia acadêmica e a ideologia profissional. A primeira delas busca o primado da meritocracia escolar a partir do recrutamento dos melhores alunos do sistema de ensino para preenchimento das vagas de cargos públicos. As avaliações são similares às aplicadas na escola ou Universidade, pois os professores destas instituições é que compõem as bancas dos certames e que formam profissionalmente os aprovados num momento posterior.

A segunda ideologia busca o recrutamento dos profissionais mais competentes e que possuam habilidades necessárias ao exercício do futuro cargo público. Ou seja, se perfaz na primazia da excelência profissional, possuindo formas de avaliação similares às rotinas de trabalho da futura atividade, mediante a realização de provas práticas, ministradas por profissionais ou membros de carreira na banca e posterior aprimoramento do indivíduo após a aprovação.

Importante ressaltar que as ideologias propostas não focalizam o concurso público, mas sim o indivíduo que se candidata ao cargo, levando em consideração a sua trajetória escolar/profissional de excelência. O certame, nesta ocasião, seria apenas uma etapa formal de certificação para a posse, pois leva em consideração o mérito pretérito – externo ao concurso – daquele que se candidata à vaga.

No entanto, os países que adotaram tais ideologias de recrutamento de pessoas, sofreram duras críticas no diálogo entre as áreas da Sociologia e Pedagogia, notadamente em meados dos anos 60.

O grande exemplo que temos é a iniciativa da França, em que a escola possui grande relevância desde o advento da sociologia (DURKHEIM, 1938, 1973). Firmando paradigma sobre o tema, Bourdieu e Passeron, publicaram “*Les Héritiers*” e “*La Reproduction*”, respectivamente em 1964 e 1970, de raiz sociológica determinista. O argumento central dos autores identificava na escola um novo modelo de monopólio da violência simbólica legítima

do estado, capaz de manter as estruturas de poder da sociedade, objetivando e ocultando a progressiva desvalorização da cultura popular em prol de uma cultura dominante de massa. Eles ainda sustentam que esta força de manipulação escolar ainda poderia ser observada mesmo após o término da ação pedagógica, no tocante à igualdade de chances entre alunos do sistema escolar francês - refutado pelo posterior contraponto interacionista de Boudon (1979).

Com o passar do tempo, vários pesquisadores se insurgiram a respeito deste paradigma chegando até a radicalizá-lo em alusão à “escola capitalista francesa” (BAUDELOT; ESTABLET, 1971). Neste sentido, existiria uma insuficiência na meritocracia escolar para a superação de uma influência aristocrática. Fora demonstrado a força da origem familiar como fator ainda determinante da futura posição social do indivíduo (THELOT, 1982), a primazia masculina sobre a feminina nas instituições de ensino de acesso às profissões mais valorizadas (BAUDELOT; ESTABLET, 1990), a influência familiar nas competências adquiridas no ensino preparatório (MINGAT, 1991), o caráter arbitrário das provas orais (BERRIER, 1991) e as desilusões dos métodos de avaliação em uma escola que chega aos nossos dias inflacionada, superlotada e incapaz de gerir a democratização de competências e habilidades (DURU-BELLAT, 2006, 2009).

Outro exemplo relevante se deu nas abordagens interpretativas e cognitivas de Aaron Cicourel e Hugh Mehan para o modelo estadunidense, também em meados dos anos 60, em que a meritocracia escolar surge como grande tema de pesquisas que encaram a mesma fronteira disciplinar e críticas similares ao modelo francês.

A publicação da obra “*The Educational Decision-Makers*”¹⁷ foi o estopim acadêmico de questionamentos sobre a legitimidade da organização escolar sobre as trajetórias individuais dos alunos. Posteriormente, foram reunidos vários trabalhos, pelo mesmo autor, na coletânea “*Language Use And School Performance*”¹⁸ afirmando a superioridade da forma linguística sobre o conteúdo das disciplinas, e ainda dispondo, introdutoriamente, as bases teóricas sobre testes de performance escolar.

Ainda nesta coletânea, Mehan publicou seu primeiro estudo etnográfico, demonstrando a primazia do contexto interacional da sala de aula – e não do conteúdo aprendido – como estruturante das relações pedagógicas (MEHAN, 1974). Posteriormente, na obra “*Structuring School Structure*”¹⁹, o autor estabelece crítica aos entendimentos de

¹⁷ CICOUREL; KITSUSE, 1963.

¹⁸ CICOUREL, 1974.

¹⁹ MEHAN, 1978.

Bourdieu e Passeron, negando a existência de uma estrutura escolar, mas sim atividades estruturantes.

Ainda cabe ressaltar que outros trabalhos foram elaborados por Mehan, a partir do uso da etnografia para a descrição das interações existentes em sala de aula. Elas revelaram que a construção de uma competência estudantil se estabelece pela mimetização das atividades recompensadas pelo professor (MEHAN, 1979), a autonomia da aula e da lição em relação ao mundo secular (MEHAN, 1979), a resposta desigual à desigualdade percebida na escola (MEHAN, 1992) e a construção do sucesso escolar pautado no estudo do tratamento dado aos alunos de aproveitamento “insuficiente” (MEHAN; VILLANUEVA; HUBBARD; LINTZ, 1996).

Ademais, relevante o estudo de John Goldthorpe sobre o enfrentamento de uma crise pela meritocracia em detrimento da incapacidade de equalização social na escola (GOLDTHORPE, 1996) e a crítica da educação baseada na meritocracia como um mito (GOLDTHORPE, 2003).

Podemos ainda destacar outra coletânea de pesquisa, “*Meritocracy and economic inequality*”, trazendo um estudo acerca do papel potencializador da meritocracia, e não mitigador, em relação às desigualdades econômicas (ARROW; BOWLES; DURLAUF, 2000).

Por fim, temos os estudos de Anna Zimdars em relação ao tema, que demonstraram os vícios existentes nas admissões de estudantes na Universidade de Oxford (ZIMDARS, 2007), na Faculdade de Direito da mesma Universidade (2010) e nos exames de ingresso nas ordens dos advogados da Inglaterra e do País de Gales (2011).

A partir das críticas observadas, tendo em vista a adoção das ideologias acadêmica e profissional, na França e nos Estados Unidos, os concursos públicos nestes países não se revelam na mesma proporção que no Brasil. Esta dicotomia obviamente não pode ser explicada com base nestas ideologias e nem nas outras apresentadas. Exemplo disso é a crítica trazida por Freitas (1996) para o recrutamento da Magistratura do Trabalho, a partir mudanças ideológicas, alternativas à seleção como é feita hodiernamente, *in verbis*:

(...) pelo modelo dito “burocrático”, o Juiz é inserido num corpo “funcionarial”, com perfil generalista, na maioria das vezes, ainda jovem, passando a fazer parte de uma carreira judicial a ser exercida por muitos anos e na qual ocupará distintos postos até ascender aos níveis superiores da mesma carreira. Nesse sistema, a seleção, geralmente, é feita por concurso e não se exige do candidato notório saber jurídico ou grande experiência de

prática forense. Tal sistema tem a vantagem de eliminar a influência política das nomeações e criar mecanismo para suprir eventuais défices de formação e experiência dos jovens bacharéis, sendo também vantajoso no que concerne ao oferecimento de formação específica para o desempenho da função jurisdicional.

(...) Nas Magistraturas ditas “profissionais”, por sua vez, os Magistrados, em geral, são indicados para assumir um posto específico da carreira, por eleição ou por designação política do Poder Executivo, do Legislativo ou de ambos. (...) as críticas são dirigidas, principalmente, às influências políticas ou ao risco do “partidarismo” nas indicações, sendo forte também a influência das associações profissionais de advogados ou dos próprios integrantes da Magistratura para a indicação dos futuros ocupantes do cargo. Tais críticas, no sistema brasileiro, podem ser úteis para refletir sobre os sistemas de designação dos ocupantes das vagas nos tribunais reservadas a advogados ou membros do Ministério Público ou para o preenchimento dos cargos dos tribunais superiores, especialmente o Supremo Tribunal Federal²⁰.

Diante do exemplo exposto, bem como das orientações ideológicas trazidas e expostas até o momento, podemos depreender que o fenômeno dos concursos, no Brasil, só pode ser visto a partir de uma ideologia própria, que estabelece uma lógica interna para a nossa superação republicana: a ideologia de concurso.

2.4 A ideologia concurseira

A experiência vivenciada no Brasil para a superação da monarquia e instauração da república, fora delineada de forma diferenciada de outros países. Historiadores como Sérgio Buarque de Holanda (2005), Raymundo Faoro (1977) e Victor Nunes Leal (1976), são apenas alguns dos que nos revela que fenômenos como o clientelismo e patrimonialismo guiaram a Administração Pública brasileira a um cenário disfuncional. No entanto, o esforço do presente estudo não se volta para a análise da Administração no geral, mas tão somente a criação de um tipo ideal capaz de focar no conteúdo dos certames visando a seleção da força de trabalho do Estado.

Sendo assim, a proposta deste tópico se afasta da determinação histórica e se volta para a investigação de particularidades unicamente intrínsecas aos modelos de certames

²⁰ FREITAS, 1996, p. 2.

instituídos no país para a seleção de seus funcionários, notadamente revestidos por uma ideologia específica.

Tendo em vista prioritariamente a Constituição da República de 1988, observamos que o art. 37, II é a chave mestra que desencadeia a maior parte de normas vigentes sobre os certames públicos. Isto porque nossa Carta Magna não nos oferece uma política institucional delimitada de seleção de pessoal, deixando a cargo de outros dispositivos e normas infraconstitucionais o delineamento para recrutamento dessas pessoas. Exemplo disso são os artigos que instauram necessidade de concurso para atuação na Magistratura, no Ministério Público, na Defensoria Pública da União, Advocacia Pública Federal e Estadual, atividade notarial e a docência, além daqueles que determinam a estabilidade dos servidores vinculada à aprovação em estágio probatório e o ingresso na carreira mediante realização de provas.

Cabe ressaltar que não se trata de uma crítica a nossa constituição, que naturalmente deve possuir um texto bastante abrangente para ser efetivo em diferentes áreas, e partir do Princípio da Simetria, também a ser replicado no âmbito dos Estados e dos Municípios. No entanto, mister a constatação de que a legislação infraconstitucional é igualmente infrutífera na oferta de disposições referentes aos concursos públicos, restando o tema, na prática, cabível em regulamentação administrativa.

Importante frisar que tais regulamentos são imprecisos quanto a particularidades essenciais para a seleção dos funcionários públicos, sendo comum a ausência de previsão de critérios para a composição de bancas de avaliação, bem como a relação entre a Administração e a entidade que organizará o concurso, inexistindo qualquer menção nas normas federais, até o momento, sobre os encargos a serem suportados por essas entidades e suas contraprestações.

Surge o questionamento sobre qual projeto institucional seria plausível, levando em consideração a escassa legislação em vigor em nosso ordenamento, capaz de instaurar um modelo ideal para o recrutamento de funcionários públicos no Brasil? Qual ideologia guia a nossa Administração Pública atualmente?

A pesquisa “Processos seletivos para a contratação de servidores públicos: Brasil, o país dos concursos?” revela que não há dados suficientes para que a intuição acerca do caráter autorreferencial dos certames no Brasil possa ser assumida como um pressuposto de pesquisa. No entanto, parece viável partir da hipótese segundo a qual vigora, no país, uma ideologia

concurseira, baseada na tautologia segundo a qual os certames recrutam os mais habilitados, competentes e aptos a realizá-los²¹.

Milhões de brasileiros estão, neste exato momento, decorando artigos lei e jurisprudências das mais atuais para a realização dos concursos vindouros, com base no discurso de legitimação pelo mérito, sem ao menos se darem conta de que seus esforços não possuem uma finalidade estratégica de carreira, que leve em consideração o talento profissional e qualidades únicas de cada indivíduo, mas tão somente o esforço, revestido de vocação, para atingir os cargos públicos, vistos como objeto de cobiça, seja pelo cunho pecuniário ou a estabilidade de vida que representam.

A experiência brasileira não é pautada em nenhuma das outras ideologias dispostas anteriormente, sendo a tônica fundamental das seleções de funcionários públicos absolutamente autorreferenciada, seja nas estratégias dos candidatos, no discurso de legitimação, na forma de organização e no projeto institucional, acarretando consequentemente enorme prejuízo de recursos financeiros e humanos para a Administração Pública²².

É desafiador propor neste cenário um novo marco normativo que estabeleça no âmbito da União regramento específico para as seleções públicas no país. Salutar a Lei proposta em 2013, que se pretende geral e suficiente para instaurar um modelo ideal a ser seguido. Trata-se da Lei 6004/13, objeto da análise deste trabalho de conclusão de curso, que será observada com base nas ideologias existentes e dispostas anteriormente, a fim de que possamos testar a hipótese de que a ideologia concurseira é reproduzida em seu texto.

3. ANÁLISE DO PROJETO DE LEI 6004/13

Após a exposição dos tipos de ideologias identificáveis no debate acadêmico e a constatação de que o Brasil se estruturou de forma diversa dos demais países, vivenciando uma ideologia concurseira, a finalidade deste tópico será investigar a hipótese segundo a qual a ideologia concurseira estará presente como a ideologia dominante do PL.

²¹ FONTAINHA *et al.*, 2013, p. 298.

²² Idem.

No entanto, primeiramente se faz necessário estabelecer uma avaliação crítica do objeto de pesquisa, que constitui a primeira etapa de uma análise documental, sendo a ele aplicável cinco dimensões: (i) o contexto, (ii) o autor, (iii) a autenticidade e a confiabilidade do texto, (iv) a natureza do texto, (v) os conceitos-chave e a lógica interna do texto²³.

O exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, pode ser observado, primeiramente, por uma conjuntura política. É notório que o número de concursos públicos no país aumentou significativamente no governo Lula, uma vez que seu plano de governo fora estruturado numa política assistencialista e notadamente de esquerda, ambiente propício para o alargamento do estado e da máquina pública.

A Folha de São Paulo noticiou no ano de 2006, três anos após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o governo federal criou 37.543 cargos públicos neste período, o que representou 7,72% sobre o contingente de servidores civis da ativa que o presidente encontrou quando subiu a rampa do Planalto²⁴. No mesmo sentido, Pedro Abramovay nos informa sobre outros números do governo, bem como a necessidade de um debate relevante a respeito do funcionalismo público, *in verbis*:

Segundo o Ministério do Planejamento foram contratados 151,2 mil servidores públicos por concurso durante o governo Lula contra 51,6 mil no governo FHC. A despesa média por servidor teve um crescimento real de 70% no período. Polícia Federal, gestores públicos, diplomatas e várias outras carreiras foram reestruturadas e revalorizadas. É claro que isso não significa que o Estado não deva ser composto, sobretudo, por servidores concursados. Ou que o Estado deva possuir uma estrutura bem remunerada e bem qualificada de servidores. A questão é que falta um debate sério sobre o papel desses servidores. Ou da relação desses servidores com a democracia. Os servidores concursados (...) devem estar cientes que têm uma profunda lealdade tanto com a república quanto com a democracia²⁵.

Com uma maior quantidade de cargos públicos disponíveis, bem como a luta social pela valorização dos cargos no funcionalismo estatal, ou seja, maiores salários e benefícios gerou-se um culto pela busca destes empregos. É possível dizer que se instaura, nesta ocasião, o fenômeno dos concursos que caminhou a largos passos para o cenário atual.

²³ CELLARD, 2010, p. 299-303.

²⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1604200602.htm#>>. Acesso em: 15/06/2015.

²⁵ ABRAMOVAY, 2013, p. 12.

Entretanto, o fenômeno no mundo real não fora acompanhado pela produção legislativa, restando poucos projetos sobre a temática e muitas ações judiciais em contrapartida. Os regulamentos infraconstitucionais e a jurisprudência dos tribunais em seus variados âmbitos hoje delineiam, em grande maioria, os critérios das seleções de funcionários.

Neste ambiente de insegurança no ordenamento jurídico, fora propícia a produção do documento, de natureza legislativa, objeto da presente análise, com a intenção de suprir uma lacuna – onde é possível se enxergar um abismo – na iniciativa parlamentar necessária ao regramento dos certames públicos para uma seleção objetiva e eficiente de seus servidores.

O Projeto de Lei de que tratamos, como fora explicitado no início deste trabalho, é de autoria de Marconi Ferreira Perillo Júnior, nascido em Goiânia, em 7 de março de 1963. Político filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é o atual governador do estado de Goiás, estando em seu quarto mandato²⁶. No ano de 2006, também no posto de governador, não conclui seu mandato, desincompatibilizando-se para concorrer ao Senado Federal, sendo eleito com 75% dos votos naquela ocasião.

Posteriormente, em 2008, o Tribunal Superior Eleitoral condenou Marconi Perillo ao pagamento de uma multa de R\$ 53.205,00 por propaganda antecipada no pleito ao Senado, que fora veiculada na forma de propaganda institucional do governo de Goiás²⁷. A propaganda foi publicada nos jornais “O Popular” e “Diário da Manhã” e, segundo o Ministério Público, terminou por fortalecer a pré-candidatura de Perillo ao senado²⁸. Não fosse essa estratégia de campanha, talvez o nosso objeto de análise estivesse, neste momento, prejudicado. O que realmente importa, é que no seu terceiro mandato, o então Senador da República, apresentou o Projeto da Lei Geral dos Concursos Públicos diante do clamor de milhões de concurseiros afoitos por uma representação parlamentar que buscasse a defesa de seus direitos.

Cabe ressaltar que o PL fora apresentado à Mesa do Senado em 23/03/2010 de nº 74/2010²⁹ e depois de passar pelas comissões temáticas específicas do Senado e terem sido apresentados substitutivos para a sua redação, consubstanciou-se no PLS 6004/2013³⁰. O

²⁶ Entre os anos de 1999 a 2002 (Governador de Goiás); de 2003 a 2006 (Governador de Goiás); de 2011 a 2014 (Senador), e atual mandato de 2015 até 2018 (Governador de Goiás).

²⁷ Disponível em: <<http://agencia.tse.jus.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=1076421>> Acesso em: 15/06/2015.

²⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/08/430098-tse-confirma-multa-a-senador-por-propaganda-eleitoral-antecipada.shtml>> Acesso em: 15/06/2015.

²⁹ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=96038> Acesso em: 15/06/2015.

³⁰ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=585601>> Acesso em: 15/05/2015.

texto tramita apensado, em razão da matéria, ao Projeto de Lei nº 252 de 2003 de autoria do Senador Jorge Bornhausen, devido a um critério de antiguidade em tramitação e, portanto, devendo “encabeçar” os demais supervenientes até sua aprovação. Importante frisar a autenticidade de tais documentos, estando todos disponíveis para a consulta pública no próprio site da Câmara e do Senado Federal³¹.

Em seu canal, no site *Youtube*³², Marconi Perillo fala um pouco a respeito de suas intenções com o recém projeto apresentado:

(...) Apoiar e valorizar o funcionário público, sempre foi meu compromisso. Considero o concurso público a forma mais legítima e ética de ingresso no serviço público, mas até hoje no Brasil, infelizmente, a aprovação em concurso público não é garantia de nomeação. São muitos os candidatos que mesmo passando, acabam não sendo convocados. Para mudar essa realidade, já aprovamos um projeto de nossa autoria pelo Senado, que torna obrigatória a nomeação de todos os habilitados em qualquer concurso público. Agora só falta o referendo da câmara federal que não vai demorar. (...) Sei que prestar concursos exige muita dedicação, muito esforço, e principalmente, muito gasto financeiro. Deixar de nomear os candidatos aprovados deveria ser uma raríssima exceção, e não lugar comum como temos visto nos últimos anos. Meu projeto muda a legislação, e vai resolver esse problema em definitivo.

Na justificativa do projeto, o autor lembra que, a cada ano, mais de 10 milhões de brasileiros prestam concursos públicos. De acordo com Perillo, muitos dos candidatos são forçados a recorrer à Justiça comum por não existir uma lei com critérios claros e objetivos para disciplinar a realização de concursos públicos.

O autor salienta que embora o governo federal tenha publicado o Decreto nº 6944/2009 com o objetivo de regular a matéria, há diversos aspectos, ainda, a serem disciplinados, razão pela qual se torna necessária e oportuna a apresentação do projeto. O objetivo é estabelecer um conjunto de normas para garantir a transparência e a isonomia dos processos seletivos.

Observamos uma clara intenção do Senador em levantar a bandeira de maiores direitos aos concursandos e eficiência das seleções para a Administração Pública, levando em consideração uma estrutura lógica interna do texto, que propõe em última análise, com a sua aprovação, que os candidatos possam planejar melhor os estudos bem como ter a certeza de que uma vez aprovados, terão direito assegurado à nomeação ao cargo pretendido.

³¹ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>; <http://www.senado.gov.br/>> Acesso em: 15/06/2015

³² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1OSIFRWApS0>> Acesso em: 15/06/2015

Ademais, a justificativa do projeto salienta dois pontos principais: a contratação das empresas para a realização dos certames por licitação - o que resultará em economia para os cofres públicos ao mesmo tempo em que se asseguram critérios claros de segurança para a realização; e previsão de pena de reclusão para quem fraudar os concursos - decerto um mecanismo que deverá coibir os delitos praticados contra a instituição do concurso, um dos mecanismos mais democráticos existentes no país.

Importante ter os argumentos do relator em mente para que possamos entender qual a ideologia que guia, portanto, o PLS 6004/13.

No que tange a análise *per se* do projeto de lei, ele conta com 76 artigos, separados em 9 capítulos específicos, e alguns deles, também separados em seções. A seguir, a tabela apresenta esta divisão:

CAPÍTULO	SEÇÃO
I – Disposições Preliminares	
II – Do Concurso Público	I – Disposições Gerais II – Do Edital de Abertura do Concurso III – Da Inscrição
III – Das Pessoas com Deficiência	
IV – Das Provas	I – Disposições Gerais II – Do Conteúdo Programático III – Dos Critérios de Avaliação
V – Da Avaliação de Títulos	
VI – Dos Recursos	
VII – Dos Candidatos Aprovados	
VIII – Do Controle Jurisdicional do Concurso Público	
IX – Disposições Finais	

No entanto, esta lógica estrutural foi por mim desfeita a partir da construção de uma grade de leitura pautada na investigação de ideologias pressupostas no *corpus* textual do projeto de lei. Sendo mais clara, estabeleci que trechos da legislação capazes de demonstrar a

vinculação à princípios e ideias de superação à lógica da monarquia para a seleção de funcionários de Estado, portanto que estabelecessem uma igualdade entre os cidadãos para a disputa ao cargo, representaria a ideologia republicana. Já a ideologia meritocrática, se apresentaria quando o texto dispusesse a respeito do reconhecimento e/ou exaltação do esforço e qualidades pessoais do concursando em lograr êxito para o preenchimento do cargo. Pela ideologia acadêmica, aqueles artigos que se referissem à praxe das relações e/ou trouxessem elementos de ambiente escolar. A ideologia profissional se apresentaria quando fizesse alusão aos conhecimentos e/ou vivência em ambiente profissional, anteriormente a inscrição nos concursos. Por fim, pela ideologia concurseira aqueles trechos não condizentes com as demais ideologias e tendentes ao estabelecimento de critérios autoreferenciados, ou seja, voltados especificamente para a dinâmica de concurso.

Ressalte-se que analisei cada artigo da lei separando-os por nichos ideológicos, sendo, portanto, capaz de indicar, num primeiro momento, se existe a presença de tais ideologias e, posteriormente, se há predominância, ou não, de determinada ideologia sobre as outras. Os seguintes tópicos trazem indicações em parêntesis que determinam os artigos do projeto de lei que foram ressaltados em minhas descrições, no entanto, outros meramente operacionais e de cumprimento de formalidade não foram abordados.

3.1 A presença da ideologia republicana, burocrática e meritocrática

A primeira ideologia observável no PL é a republicana, ideologia esta que fora uma relevante superação de cunho histórico, capaz de enfraquecer a lógica da escolha de indivíduos para ocupar cargos de Estado baseado em critérios de sangue e aristocráticos. Essa construção republicana se apresenta em vários momentos do texto em análise, com vistas à higidez dos princípios constitucionais e infraconstitucionais sobre concursos públicos e na defesa dos interesses da Administração (art.1º, I). Os princípios enfatizados são: impessoalidade, moralidade, legalidade, publicidade e eficiência; que devem ser observados na tentativa de selecionar os candidatos mais aptos, e não aqueles privilegiados por qualquer característica para o ingresso no serviço público (art. 1º, II). Neste sentido, cabe ao Poder Público fiscalizar e acompanhar o procedimento do concurso em todas as suas fases, não

ficando excluída ou reduzida a responsabilidade da instituição organizadora pelo exercício de tal prerrogativa (art. 6º).

Analisando os referidos princípios constitucionais elencados, manifestou-se Hely Lopes Meirelles a respeito da sua relevância e necessidade para conferir legitimidade à atividade administrativa do Estado:

Os princípios básicos da administração pública estão consubstanciados em quatro regras de observância permanente e obrigatória para o bom administrador: legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade. Por esses padrões é que se hão de pautar todos os atos administrativos. Constituem, por assim dizer, os fundamentos da validade da ação administrativa, ou, por outras palavras, os sustentáculos da atividade pública. Relegá-los é desvirtuar a gestão dos negócios públicos e olvidar o que há de mais elementar para a boa guarda e zelo dos interesses sociais.³³

Além disso, o PL observa o outro lado dos certames, ou seja, o daqueles que o organizam, vedando a participação como membro de banca examinadora, coordenador, fiscal de sala ou em qualquer outra função atinente à realização do concurso, de cônjuge ou parente de candidato, em linha reta ou colateral, por parentesco natural ou civil, até o terceiro grau, ou por adoção (art. 8º). Toda essa preocupação busca afastar possíveis privilégios na correção das provas, salutar em uma república que prioriza a igualdade entre seus cidadãos.

Fixada a noção de que a todos os poderes e órgãos do aparato estatal é devida a subserviência ao princípio constitucional da legalidade e a de que a nenhum particular é obrigatória qualquer ação ou omissão senão mediante previsão legal, cabe estabelecer a característica de, mais que um direito individual, ser o princípio da legalidade uma garantia constitucional (VASCONCELOS, 2006, p. 46), portanto, o PL ainda estabelece o direito de qualquer indivíduo impugnar o edital de concurso diante de ilegalidades perceptíveis (art. 10, §4).

Percebemos bem o caráter republicano, dada a exclusão de qualquer requisito de acesso a cargo ou emprego público vinculado ao sexo, estado civil, idade, religião, condição familiar, características físicas ou de qualquer outra natureza do candidato, salvo demonstrado objetivamente, no instrumento convocatório, a incompatibilidade da característica individual com o exercício da função a ser exercida (art. 11, §1º). No mesmo entender, Dallari, refere-se

³³ MEIRELLES, 1990, p. 77-78.

a imposição de condições pela Administração Pública aos indivíduos para o ingresso em seus quadros, a seguir:

A questão dos requisitos que a lei poderá estabelecer como condição de provimento de cargos, funções e empregos públicos fica um pouco mais complicada diante da proibição expressa da utilização de sexo, idade, cor ou estado civil como critério de admissão, conforme consta do art. 7º, XXX, aplicável aos servidores públicos por determinação do art. 39, § 2º da CF. Entendemos que a Constituição veda restrições estabelecidas por mera discriminação, por puro preconceito. A enumeração de alguns fatores de discriminação no texto do dispositivo não significa que outros sejam tolerados. A relação é meramente exemplificativa pois dela não consta a distinção por motivo de raça (implicitamente contida no inciso XLII, do artigo 5º), que, além de ensejar as sanções normais a qualquer ato preconceituoso (sua nulidade, a responsabilidade funcional do agente) constitui crime inafiançável e imprescritível, punido com pena de reclusão. Assim sendo, tanto o estabelecimento de condições referentes à altura, à idade, bem como ao sexo, poderão ser lícitos ou não, caso respeitem ou violem o princípio da isonomia, isto é, caso sejam ou não pertinentes, o que se verificará em cada caso concreto. Condição pertinente será somente aquela ditada pela natureza da função a ser exercida, ou seja, circunstância, fator ou requisito indispensável para que a função possa ser bem exercida, o que não se confunde com a mera conveniência da administração, nem com preferências pessoais de quem quer que seja.³⁴

Cabe destacar que estão previstas no PL avaliações médicas, psicotécnicas, psicológico e sindicância de vida pregressa (art. 25, VI, VII, VIII, IX); também como fruto da superação aristocrática, tendo em vista a aplicação de um standard para o ingresso no funcionalismo público, ou seja, características observáveis em um homem médio/comum.

Pela ideologia burocrática, observamos os dispositivos que se voltam especificamente para as regras editalícias, bem como sua vinculação expressa, trazendo para a lógica da Administração Pública um norte a ser seguido com normas claras aos seus envolvidos.

O PL prevê que a realização de concursos públicos representa serviço público relevante, sendo etapa anterior à nomeação ou contratação, não representando forma de provimento de cargos e empregos públicos (art. 3º). Vigoram, portanto os princípios do ineditismo, motivação, julgamento objetivo, competitividade, seletividade e probidade administrativa (art. 2º caput c/c I, II, III, IV, V, VI). Meirelles advoga tal entendimento:

³⁴ DALLARI, 1990, p. 32

O concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se a moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público, e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, consoante determina o art. 37, II, da Constituição da República. Pelo concurso se afastam, pois, os ineptos e os apaniguados, que costumam abarrotar as repartições, num espetáculo degradante de protecionismo e falta de escrúpulos de políticos que se alçam e se mantêm no poder, leiloando empregos públicos.³⁵

O edital vem consagrar a ideologia burocrática pois se trata de diploma responsável por todas as informações do processo seletivo, sendo, portanto, lei interna do concurso público, vinculando aos seus termos a Administração Pública e todos os candidatos. Ele deve ser redigido de forma clara e objetiva, visando à perfeita compreensão de seu conteúdo pelos candidatos (art. 10 caput e §1º).

As regras para o conteúdo dos editais foram determinadas no projeto de forma detalhada, estabelecendo um processo específico e lógico atrelado, notadamente, a ideologia burocrática. Temos, por exemplo, normas de publicação em Diário Oficial e disponibilização no *site* do órgão ou entidade responsável (art. 12, I, II), quantidade de cargos ou empregos a serem providos (art. 13, V), além da indicação precisa dos locais, horários e procedimentos de inscrição (art. 13, VI). Tais normas estruturam um conteúdo mínimo do edital de abertura de concurso conferindo, desta maneira, racionalidade ao processo.

Ademais, como para todo raciocínio existe um contra-raciocínio, é assegurando o acesso ao Poder Judiciário para impugnar, no todo ou em parte, o edital normativo do concurso público (art. 65). Efetivamente, cabe ao Poder Judiciário a apreciação da existência de lesão ou ameaça a direito decorrente de atos administrativos, inclusive atos de admissão de servidores públicos, os quais, pelos remédios constitucionais pertinentes, deverão ser reconduzidos às determinações constitucionais (VASCONCELOS, 2006, p. 52). Neste sentido, é o entendimento majoritário da doutrina, representada nas palavras de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

De nada adianta sujeitar-se a Administração Pública à lei se seus atos não pudessem ser controlados por um órgão dotado de garantias de imparcialidade que permitam apreciar e invalidar os atos ilícitos por ela praticados. O direito brasileiro adotou o sistema da jurisdição una, pelo qual o Poder Judiciário tem o monopólio da função jurisdicional, ou seja, do poder de apreciar, com força de coisa julgada, a lesão ou ameaça a direitos

³⁵ MEIRELLES, 1990, p. 370

individuais e coletivos. Afastou, portanto, o sistema da dualidade da jurisdição em que paralelamente ao Poder Judiciário, existem os órgãos do Contencioso Administrativo que exercem, como aquele, função jurisdicional sobre lides de que a Administração Pública seja parte interessada.³⁶

Por fim, temos a presença da ideologia meritocrática, sendo aquela pautada no binômio “esforço + talento” do indivíduo, se transcrevendo no referido PL a partir da possibilidade de realização de provas físicas e, principalmente, como instrumento que visa buscar a igualdade entre os concursandos na competição pelo cargo público.

Doutrina e jurisprudência já assentam no princípio da igualdade jurídica, aquela capaz de assegurar às pessoas de situações iguais os mesmos direitos, prerrogativas e vantagens, com as obrigações correspondentes, o que significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigalam (BASTOS, 1978, p. 225), visando sempre o equilíbrio entre todos.

Com vistas ao ideal meritocrático, observamos que o PL se preocupou com o tema, dedicando um capítulo, em específico, aos candidatos portadores de deficiências, estabelecendo reserva de vagas e critérios objetivos para a sua admissão, adaptáveis as suas condições (art. 20). Dialogando com esse posicionamento do projeto, salutar intervenção de Barbosa, a respeito do caráter da igualdade em relação ao desempenho do indivíduo, *in verbis*:

O que define o indivíduo é uma suposta semelhança moral dada pela existência de uma dimensão natural/física idêntica entre todos os seres humanos. Essa semelhança de forma é tomada como base de um sistema de direitos ao qual todos devem ter acesso igual. Nesse contexto, o único elemento a diferenciar uma pessoa da outra são as características idiossincráticas de cada uma delas, ou seja, tanto os seus talentos naturais como a sua disposição interior para realizar o que os norte-americanos chamam de *achievement*. E a única hierarquia ideologicamente possível é aquela construída a partir da avaliação dos diferentes desempenhos individuais³⁷.

Ainda buscando o tratamento por mérito e equalizar a seleção entre os competidores, o PL estipula isenções de pagamento de taxa de inscrição, sobretudo para aqueles que possuem renda familiar inferior a dois salários mínimos ou que comprovem a sua inscrição em

³⁶ DI PIETRO, 2006, p. 711

³⁷ BARBOSA, 1996, p. 80

programas sociais do governo (art. 16, §2º, I, II). Ressalte-se a previsão de garantias as gestantes e lactantes que poderão, no primeiro caso, realizar provas físicas em período posterior a 180 dias do parto (art. 32, §2º, II) e no segundo caso, possui o direito de levar em sua companhia um responsável pela criança, podendo se ausentar do local de prova em até uma hora para período de amamentação, local este disponibilizado pela organização do concurso e sob o olhar de um fiscal de prova, sendo o tempo posteriormente repostado para o seu término (art. 71). É também assegurado ao candidato surdo-mudo ou impossibilitado permanentemente de falar o direito de realizar a prova oral, por meio de comunicação com intérprete oficial da instituição organizadora, utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e os demais recursos de expressão a ela associados (art. 30, §2º).

3.2 A presença da ideologia acadêmica e profissional

Podemos observar no texto do projeto mais uma ideologia, a acadêmica, fruto dos elementos e das dinâmicas escolares que foram “importados” para as seleções de funcionários públicos.

A legislação estabelece que os concursos a serem realizados serão de provas ou de provas e títulos, cujo conteúdo programático e respectivas questões deverão estar de acordo com a natureza e complexidade do cargo ou emprego (art. 7º). Sendo assim, prevê que os editais determinem o número de etapas do concurso a ser realizado, indicando as suas respectivas fases e seu caráter eliminatório e/ou classificatório (art. 13, IX); a enumeração das disciplinas das provas, eventuais agrupamentos de provas e matérias e número de questões de cada disciplina, com seus respectivos valores individuais e pesos (art. 13, X); além do conteúdo programático de cada disciplina, de forma clara, precisa e específica (art. 13, XI), o que remonta, manifestamente, uma vivência escolar.

A partir da análise do projeto, para a elaboração dos concursos, quem faz as vezes da escola, observando todos os critérios acima elencados, são as entidades organizadoras, não excluindo a possibilidade do próprio órgão público realizar seus certames de seleção de funcionários. No entanto, através da contratação por execução indireta, a instituição organizadora deverá ser incumbida regimental ou estatutariamente de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, com reconhecida reputação ético-profissional (art. 5, II).

No que se refere ao modelo de provas a serem aplicadas, o texto determina que possam ser: escritas objetivas; escritas discursivas; e orais (art.25, I, II, III). Elas representam, em sua essência, elementos determinantes da ideologia acadêmica, pois capazes de trazer um conteúdo específico a ser testado, bem como um gabarito mínimo atrelado a uma pontuação capaz de estabelecer num *ranking* entre o melhor e o pior avaliado.

Importante frisar que o PL deixa clara a escolha desse modelo acadêmico em detrimento do profissional, em que teríamos a seleção de pessoas já inseridas no mercado de trabalho e tendentes ao ingresso ao cargo público, diante da excelência e proeminência exercida pelo indivíduo, restando pouquíssimos artigos e incisos a respeito desta ideologia.

Nada obstante, observamos um resquício da ideologia profissional quando o projeto determina a possibilidade da aplicação de provas práticas (art. 25, V), com o desempenho do candidato julgado por um ou mais especialistas na área (art. 48), bem como a avaliação de títulos (art. 25, X), ou seja, a verificação de especificidades e técnicas que o concursando já possui anteriormente a sua inscrição no concurso.

3.3 A presença da ideologia concurseira

Assim como as demais ideologias, encontra-se, no projeto em questão, a ideologia de concurso. Ela se evidencia, sobretudo, na defesa dos direitos dos candidatos, sendo inclusive um dos objetivos gerais do projeto (art. 1º, III). Diante deste caráter de defesa dos concursandos, muitas normas do PL se autoreferem a própria lógica do concurso, desvinculando o foco do indivíduo que se candidata, ideal republicano, para tão somente a estipulação de regras minuciosas a respeito dos certames.

Medida relevante trazida neste sentido é a necessidade de realização de licitação para a execução indireta do concurso público por instituição organizadora dotada de pesquisa ou ensino (art. 5º, §2º). Na qualificação técnica dessas entidades deverá constar a metodologia de execução do concurso, abrangendo todas as fases do procedimento, cuja avaliação para seu aceite será efetuada exclusivamente por critérios objetivos (art. 5º, §2º, III). Esta norma difere da praxe comum aos gestores dos órgãos públicos, que escolhem essas entidades segundo a conveniência de suas vontades em relação ao que é esperado de um candidato para o ingresso na função pública. Estabelecendo critérios objetivos para tal escolha, mediante procedimento

licitatório, o projeto vincula a Administração Pública, antes mesmo que seja iniciado um certame, ao rigor formal da ideologia de concurso, cerceando o poder legítimo de discricionariedade da Administração estatal. Ressalte-se que há uma notória interferência da ideologia de concurso na ideologia burocrática do Estado em organizar logicamente suas estruturas.

Em relação a outros critérios objetivos que o projeto estipula, o edital de abertura de concurso deve conter explicação resumida da relação existente entre cada disciplina cobrada no certame e as atribuições do cargo ou emprego público, de acordo com a complexidade das atribuições (art. 13, XIV); sendo vedada a realização de concurso público com oferta simbólica de vagas ou que se destine exclusivamente à formação de cadastro de reserva (art. 14). Outro ponto importante é que os órgãos e entidades da Administração Pública devem divulgar, anualmente, o número de cargos ou empregos vagos em seus quadros, bem como as datas previstas para a publicação dos editais de realização dos concursos (art. 14, §2º).

Todos esses critérios são utilizados, manifestamente, para “resguardar” os concursandos da discricionariedade da Administração, por conseguinte, estabelecendo limites do conhecimento a ser medido em função do cargo a ser ocupado. Além disso, uma vez que o candidato tenha prestado o concurso, que não o tenha “feito à toa”, dada a vedação do sub aproveitamento do concurso diante da impossibilidade do cadastro de reserva de pessoas aptas a serem funcionárias (art. 14). Logo, o PL sinaliza o desejo de que todos os aprovados sejam chamados ao ingresso da função estatal, garantindo ao concursando a sua alocação em um cargo, mediante aprovação objetiva, e não pela disponibilidade da Administração na gestão de seus funcionários.

No que se refere a aplicação das provas, primeiramente em caráter geral, observamos que o projeto determina que elas devem ser realizadas, preferencialmente, aos domingos (art. 21, §2º). Ora, tal preferência se trata de uma disfuncionalidade, tendo em vista que em diversos países, que também adotam o concurso público para a seleção de funcionários, tais provas são realizadas durante a semana. Esta ideia, evidentemente, não está atrelada a nossa experiência, mas aquela capaz de justificar um critério profissional, afinal, nenhuma entrevista de emprego na iniciativa privada são realizadas diferentemente do horário comercial ou no final de semana. Por trás da norma que determina o domingo como “o dia do concurso”, está implícita, a constatação da existência de um privilégio para aqueles que os realizam.

Ainda nessa onda de privilégios e resguardo de direitos concurseiros, o PL prevê a possibilidade, em razão de credo religioso, do concursando realizar as provas em datas e

horários compatíveis com a sua fé (art. 21, §4º). Essa norma se afasta do discurso da igualdade de condições entre os candidatos, tão somente concedendo a essas pessoas, religiosamente impossibilitadas, a oportunidade de também prestarem as avaliações. Percebe-se que no país dos concursos, entoadado pela ideologia que vos apresenta, não existe laicidade de Estado; mas a candidatura e realização das avaliações de concurso devem ser encaradas como um ato solene a ser concedido amplamente.

Em específico, sobre as provas, foram elencadas, em momento oportuno, tipologias possivelmente exigíveis nos editais – escrita discursiva, física, prática, etc. – remontando, essencialmente, cada uma das ideologias postas. A ideologia concurseira, desta forma, não se apresenta como mais um modelo de avaliação, a descoberta é que ela atua nas que já foram determinadas pelo projeto de forma a distorcê-las para o seu propósito. Sendo mais clara, tomamos como exemplo o modelo ideológico acadêmico pela previsão de avaliações escritas objetivas. É bem verdade que este modelo de avaliação, é amplamente utilizado, geralmente em primeira fase de concursos, dada a maior facilidade de correção das provas, seja porque se conhece a resposta exata na elaboração da questão ou por meio do uso de cartão-resposta com leitura eletrônica, bem como de “filtragem” do grande vulto de candidatos que não possuem o conhecimento geral esperado, sendo, portanto, inaptos para prosseguir no certame.

O raciocínio seria válido no plano ideológico acadêmico, não fosse o PL estipular a obrigatoriedade da realização de prova escrita objetiva em todos os certames (art. 26), fazendo com que haja uma distorção desta ideologia pela ideologia concurseira. Não sabemos exatamente o porquê da obrigatoriedade das provas objetivas, mas sabemos que do ponto de vista dos concursandos a prova objetiva lida somente com questões de múltipla escolha, ou seja, optar dentre “x” alternativas e marcar uma que seja a correta. Já nos exames discursivos, os participantes têm que escrever a resposta, demandando um maior esforço cognitivo linguístico de expressar o entendimento sobre determinada questão, notoriamente mais complexo que no primeiro caso. Sendo assim, a obrigatoriedade exposta, só faz sentido à luz da ideologia de concurso, pois não se aproxima de nenhuma outra apresentada e satisfaz tão somente a agilidade de correções e preparação direta dos concursandos. Importante frisar que não se trata de exaltação ao princípio da eficiência administrativa, pois a eficiência está na seleção do melhor candidato e não na sua rapidez em selecionar.

Transgride ainda mais o argumento quando analisamos a norma do PL que determina que no caso de questões objetivas de múltipla escolha, se houverem duas ou mais alternativas corretas será considerada válida a resposta que aponte qualquer delas, ainda que a instituição organizadora entenda ser uma delas mais completa ou escoreita (art. 26, §1º). Ademais, são

vedadas alternativas que declarem que nenhuma, todas, algumas, anteriores ou posteriores alternativas estão corretas ou erradas (art. 26, §2º), obviamente estamos diante do “fim em si mesmo” em que se sustenta a ideologia de concurso.

No que se refere as questões de atualidades, é vedada a cobrança de análises, opiniões, laudos ou pareceres de especialistas ou jornalistas sobre fatos atuais, sendo unicamente permitido aferir o conhecimento do candidato sobre os fatos em si ocorridos (art. 27, §1º), e o edital deverá indicar como referência para o conteúdo programático, os jornais, livros, revistas e *sites* da internet veiculadores de notícias brasileiros, cujas informações servirão de base para a elaboração dessas questões (art. 27, §3º). Mais uma vez observamos a tentativa de limitar ao máximo a possibilidade de cobrança de conteúdos a partir da lógica do próprio concurso, devendo existir um julgamento objetivo da questão, diante da impossibilidade de divergências entre tais notícias (art. 27, §4º).

Quanto aos demais modelos de provas, em que se revela a ideologia concurseira como agente mutagênico das suas essências, temos a sindicância de vida pregressa, psicotécnicos e psicológicos que igualmente devem ser fundamentadas segundo critérios objetivos (art.31 c/c art.34), as duas últimas, não podendo ser constituídas exclusivamente por entrevistas (art. 34, parágrafo único). As provas orais contam com a obrigatoriedade de gravações em áudio e vídeo e entrega de cópia caso solicite o candidato, realizada em local de livre acesso ao público (art. Art. 30 caput e §1º) devendo ser aplicadas as mesmas questões a todos que fizerem a prova no mesmo período do dia (art. 42). No que concerne as provas físicas, exigem a indicação no edital do tipo a ser cobrado, das técnicas admitidas e dos índices mínimos, específicos para homens e mulheres, necessários para a provação (art. 32). Já nas provas práticas, o edital deverá informar o equipamento, material ou instrumentos que serão utilizados ou aceitos para as suas realizações, com todas as indicações necessárias à sua perfeita identificação (art. 33).

Por fim, nas provas de títulos, observamos claramente como é possível idealizar um modelo capaz de alterar por completo o significado da experiência profissional. O projeto determina que não serão aceitos títulos que não guardem relação com as atribuições do cargo ou emprego em disputa, que firam a isonomia ou que tenham sido obtidos em data posterior à da publicação do edital do concurso (art. 53, §2º). Nada obstante, além de não especificar quais títulos podem ser aproveitados, veda a utilização de tempo de serviço público ou privado como título (art. 53, §3º), numa clara mudança de sentido da ideologia profissional, que tem como estandarte a valorização de especificidades técnicas trazidas da iniciativa privada - ou mesmo estatal - que podem ser bem utilizadas para a *res publica*.

Todas essas normas revelam de diversas formas como a ideologia de concurso direciona as suas finalidades específicas para o cumprimento de critérios pautados na objetividade de aferição do conhecimento, ou do esforço demandado, manual, físico e psicológico. Alguns desses regramentos beiram o intangível para uma mensuração exata do que é relevante ao cargo público, notadamente no caráter mental do indivíduo.

Em relação ao conteúdo programático a ser cobrado, é vedada a exigência em nível de complexidade superior ao necessário para o satisfatório exercício das funções do cargo ou emprego ou que não tenham relação com suas atribuições (art. 37). Além disso, o projeto traz regramentos que delimitam em demasia as possibilidades do conteúdo a ser tratado, sendo anulada questão que percorra tema, assunto ou enfoque que seja objeto de divergência doutrinária em relação à doutrina majoritária (art. 38, §2º), estando vinculada a instituição organizadora, que indicará a referência bibliográfica de cada matéria, à última edição existente da obra estabelecida, até a publicação do edital de abertura do concurso (art. 38, §1º).

Existem outras vedações ao conteúdo a ser cobrado, referente a legislações revogadas ou que entre em vigor após a data de publicação do edital, incluindo a relativa a leis e atos normativos vigentes (art. Art. 39, parágrafo único); jurisprudências superadas no Supremo Tribunal Federal, Tribunais Superiores ou no Tribunal de Contas da União (art. 40); e a mera memorização de número de dispositivo ou de sua redação (art. 41).

Para os critérios de avaliação, o PL reservou que a avaliação das respostas às questões discursivas e orais deverá ser feita com base em espelho de correção e modelo de resposta, fornecidos em edital ou juntamente com o resultado preliminar da prova, onde estejam indicados, pelo menos, os pontos de abordagem necessária, a sua pontuação, os critérios de atribuição da nota final da questão e as razões da perda de pontos pelo candidato (art. 46, I, II, III, IV).

Esta disposição, e as anteriores colocadas, reflete nitidamente que as opiniões ou possíveis discordâncias do candidato com o entendimento da banca não é relevante para a ideologia de concurso, restando ao candidato somente responder objetivamente o que a banca quer ler. Mesmo diante de restrição à ampla resposta pelo concursando e da correção da banca, é vedada a realização de prova ou fase de concurso sem previsão de recurso administrativo contra seu resultado (art. 55). Ainda assim, a inabilitação ou reprovação em qualquer fase ou etapa do concurso será necessariamente motivada, segundo critérios – novamente – objetivos (art. 52), sendo a decisão que anular ou alterar gabarito de questão

objetiva, acarretará novo cálculo da nota de todos os candidatos que realizaram a prova, independentemente de terem recorrido da questão (art. 59).

Destaque-se que nem mesmo o controle jurisdicional fora poupado da interferência da ideologia de concurso, se fazendo presente até nas futuras sentenças a serem produzidas por magistrados, cerceando o princípio do livre convencimento do juiz, já que condiciona a anulação de questões, tão somente se estiverem enquadradas nos casos expressamente determinados pela lei: questões objetivas com nenhuma resposta correta; enunciado redigido de maneira obscura ou dúbia, com erro gramatical substancial; exigirem conteúdo programático não previsto especificamente no edital ou não constante da bibliografia indicada como obrigatória ou dela divergente; questões que versem assuntos objeto de divergência doutrinária; questões que foram cópias literais de outras já utilizadas em concursos públicos anteriores, da mesma ou de outra instituição organizadora; de conteúdo flagrantemente não relevante para o exercício do cargo ou emprego; e aquelas que reproduzirem literalmente dispositivo de lei ou ato normativo cujo sentido isolado seja divergente de sua interpretação sistemática com os demais dispositivos normativos sobre o assunto (art. 66, §2º c/c art. 60).

Importante destacar avaliação do Deputado Roberto Policarpo (PT-DF), relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, do PL 252/03³⁸, na ocasião de sua participação em *videochat* promovido pela Câmara dos Deputados sobre o tema. Ele ressaltou que hoje há muita insegurança entre as pessoas que participam dos concursos, o que as leva diversas vezes a recorrer ao Judiciário, e há casos de ações que estão há mais de dez anos no STF. Com uma lei geral, no entanto, o deputado acredita que as decisões serão mais rápidas, porque a interpretação do Judiciário será a partir dessas regras, e não dos editais, que possibilitam várias interpretações³⁹.

Com as disposições finais, ainda é possível destacarmos elemento normativo pautado sobre a ideologia de concurso, pois havendo candidatos aprovados no certame, com o prazo de validade não expirado, a terceirização de atividades inerentes ao cargo ou emprego público em disputa, ou a contratação de agentes temporários para tais funções, gera para o aprovado o direito subjetivo à nomeação ou contratação (art. 72), tendo que a Administração arcar com o

³⁸ O PL 6004/13, também originário do Senado, chegou à Câmara em julho de 2013 e foi apensado ao 252/03. As duas propostas, e diversas outras que tratam do tema, foram analisadas pelas comissões temáticas do Senado: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), sob relatoria do deputado Paes Landim (PTB-PI).

³⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/462953-LEI-GERAL-DOS-CONCURSOS:-DEPUTADO-DESTACA-GARANTIA-DE-NOMEACAO-DE-APROVADOS.html>> Acesso em: 15/06/2015

custo de mais um funcionário público em seu quadro, quando melhor seria a economicidade gerada ao erário mediante a contratação temporária ou terceirizada de pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso buscou analisar o Projeto de Lei do Senado nº 6004/2013 a fim de responder a seguinte pergunta: De que maneira o legislador, na elaboração do projeto de lei em questão, opta pela “ideologia concurseira” em detrimento de outras ideologias existentes no trato dos certames públicos de seleção de funcionários?

Parti da hipótese de que a “ideologia concurseira” se evidencia na transcrição dos artigos da Lei Geral dos Concursos, como escolha precípua do legislador às demais existentes (republicana, burocrática, meritocrática, profissional e acadêmica), a partir da comparação direta entre elas e suas finalidades, mantendo, portanto, a problemática sustentada na pesquisa “Processos Seletivos para a Contratação de Servidores Públicos: Brasil, o País dos Concursos?”.

Para isso, num primeiro momento, me dediquei a uma revisão de literatura, estabelecendo um panorama do debate acadêmico a respeito dos concursos públicos para a seleção de funcionários. Em seguida, tratei dos elementos da pesquisa científica, dissertando a respeito do objeto, problema de pesquisa, hipótese e metodologia utilizada. Ressalte-se que a metodologia adotada para esta pesquisa fora a análise documental do texto da lei em foco, verificando em seus artigos quais expressavam a “ideologia concurseira” e quais se aproximam das demais ideologias, a partir de uma nova grade de leitura do projeto.

Logo após, apresentei as ideologias possíveis de serem implementadas pela Administração Pública e, por fim, me dediquei especificamente à análise da Lei Geral dos Concursos, verificando a presença de cada uma das ideologias nos artigos do PL, e se existia uma preponderância de alguma delas sobre as demais.

Voltando a minha hipótese, verificamos que a ideologia de concurso, de fato, se evidencia no texto do projeto como escolha primordial do legislador na elaboração do PL, a partir da comparação entre a ideologia concurseira, e as finalidades das demais ideologias.

Entretanto, essa opção se dá de uma forma “mascarada”. Me faço mais clara. Percebemos que todas as ideologias estão, de fato, presentes no PL, mas a partir de uma análise mais detalhista entre as finalidades de cada uma dessas ideologias é possível observamos uma distorção trazida pela ideologia de concurso. Isso nos permite dizer que a ideologia concurseira não concorre com as demais ideologias presentes no texto da futura legislação, mas sim, deforma as demais, conferindo uma autonomização dos concursos.

Quando estamos diante do recrutamento de funcionários pela ideologia acadêmica, por exemplo, teríamos a expressão da vontade da Administração Pública, em buscar jovens egressos no sistema de ensino que aprenderiam e desenvolveriam as bases das competências necessárias para o exercício da função. As condições de participação seriam focadas no diploma e demais títulos acadêmicos, as provas emulariam o ambiente escolar/universitário, e a formação inicial seria obrigatória. Bem verdade que o projeto de lei sinaliza o uso da dinâmica de provas de ambiente escolar, mas a ideologia de concurso opera para sua disfunção quando estabelece regramentos específicos do que é possível cobrar de seus candidatos e quais modelos são obrigatórios para esse processo. Ela desvirtua do objetivo de desenvolvimento e formação de competências para tão somente estipular, detalhadamente, o que os candidatos ao funcionalismo público necessitam saber, minimamente, para o ingresso no cargo, a partir de critérios de correção objetivos.

Pelo recrutamento burocrático, teríamos a expressão da vontade da administração de buscar profissionais já inseridos no funcionalismo público, desejosos de melhor empregar suas habilidades no exercício de outra função. As condições de participação seriam focadas no tempo de serviço público efetivo, e as provas emulariam o ambiente profissional da administração pública. O PL em nenhum momento estabelece regras de realojamento de funcionários em outros cargos possíveis. Pela ideologia burocrática não encontraríamos nenhuma presença no texto, caso tomado como norte tais finalidades. Para isso, fazemos o esforço cognitivo de entender que a burocracia que se estabelece no projeto é aquela que determina regramentos unicamente procedimentais a respeito dos editais de concurso, ou seja, ela só encontra respaldo a partir de sua ressignificação à luz do universo dos concursos.

Já o recrutamento profissional, seria a expressão da vontade da administração de buscar profissionais do mercado para oxigenar e refrear o potencial autorreferencial do serviço público. As condições de participação seriam focadas no tempo de experiência no mercado, e as provas emulariam o ambiente profissional externo à administração pública. Essa finalidade da ideologia profissional não se perfaz na Lei Geral dos Concursos, inclusive

sendo vedada a possibilidade da verificação de títulos pautados no tempo de serviço adquirido anteriormente à inscrição no certame.

Para a ideologia republicana, encontramos artigos que dizem respeito aos princípios constitucionais/administrativos e elementos de igualdade entre os participantes para a realização do concurso público, sendo, talvez, a ideologia que mais se aproxime de sua finalidade e essência. Contudo, para a meritocrática, encontramos regramentos que remontam o esforço físico dos participantes e equalizar condições desfavoráveis na competição, como deficiências, gestação e aleitamento, que se distancia do foco da avaliação de talentos intrínsecos ao indivíduo que se candidata ao cargo ou emprego público. Sendo assim, evidente a distorção trazida pela ideologia concurseira.

Diversas regras no projeto da Lei Geral dos Concursos deixam claro o aparato montado para o funcionamento do próprio concurso, se auto-referenciando, a quase todo o momento e envergando as finalidades das ideologias inicialmente propostas. Portanto, em resposta a pergunta de pesquisa e com base na hipótese sustentada, concluímos que na elaboração da Lei Geral dos Concursos, o legislador opta pela “ideologia concurseira” em detrimento de outras ideologias existentes, no trato dos certames públicos de seleção de funcionários, transmutando e transcendendo os argumentos principais de cada uma das ideologias elencadas.

Sendo assim, a tentativa de organização de um marco legislativo da dinâmica de seleção de funcionários públicos, só é conferida legitimidade, quando encarada à luz da própria ideologia de concurso, restando saber se como estatuto de defesa de direitos concurseiros ela conseguirá atingir maiores objetivos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Pedro Vieira. *A nova lei da AGU: república e democracia*. In: Valor Econômico, página A12: São Paulo. 07 jan. 2013.
- ALBRECHT, P. A. T.; KRAWULSKI, E. *Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público*. “Cadernos de Psicologia Social do Trabalho”, v. 14, n. 2, p. 211–226. 01 dez. 2011.
- AMANCIO, L. F. dos S. *O concurso público no processo de profissionalização docente: análise dos concursos realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo (2004 e 2007) e perfil dos professores de história aprovados*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.
- ARROW. Kenneth; BOWLES, Samuel; DURLAUF, Steven (dir.) *Meritocracy and economic inequality*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- BARBOSA, L. *Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil?* Revista do Serviço Público. Ano 47. Vol. 120. nº 3. Set/dez – 1996.
- BASTOS, C. R. *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo, Saraiva, 1978
- BATISTA, A. S. *Imagens do professor de língua portuguesa em concursos públicos da Grande São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. *L'école capitaliste en France*. Paris: Maspéro, 1971.
- _____. *Les filles et les garçons dans la compétition scolaire*. Paris: Données Sociales, 1990.
- BERRIER, Astrid. *Évaluer à l'oral: quelles questions?* The French Educational Review, v. 64, n. 3, 1991.
- BOUDON, Raymond. *L'inégalité des chances: La mobilité sociale dans les sociétés industrielles*. Paris: Armand Colin, 1979.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Les héritiers*. Paris: Minuit, 1964.
- _____. *La reproduction*. Paris: Minuit, 1970.
- CARNEIRO, M. A. da S. *Concurso Público enquanto Instrumento de Exercício da Cidadania: análise-crítica da experiência da reestruturação das carreiras exclusivas de Estado no Fisco da Bahia*. Salvador: Universidade Católica de Salvador, 2011.

- CARRO, R. A. L. *Caracterização do perfil dos candidatos ao Concurso de Residência Médica do Sistema Único de Saúde, no período de 1999 a 2004*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- CASTELAR, I.; FERREIRA, R. T.; SOARES, I.; VELOSO, A. W. A. *Uma análise dos determinantes de desempenho em concurso público*. “Economia Aplicada”, v. v. 14, n. no.1, p. 81–98, 2010.
- CELLARD, A. *A análise documental em A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos*. “Coleção Sociologia”, 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- CICOUREL, Aaron V; KITSUSE, John. *The educational decision-makers*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1963.
- CICOUREL, Aaron V. *Some basic theoretical issues in the child’s performance in testing and classroom settings*. In _____. *Language use and school performance*. New York: Academic Press, 1974.
- COSTA, J. C. da. *Dos concursos públicos e da política de recrutamento de professores do ensino fundamental I, no município de São Paulo*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
- COUTO, Luiza C. C. A. *Vocação ou estratégia? O dilema dos concursos públicos de magistratura no Brasil*. Trabalho de conclusão de curso. FGV Direito Rio. 2014.
- CUNHA, E. M. *Concurso Público (Visão Jurisprudencial)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.
- DALLARI, Adilson Abreu. *Regime Constitucional dos Servidores Públicos*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990
- DESCARDECI, M. A. A. de S. *O Concurso Público: um evento de letramento em exame*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 19ª ed., São Paulo: Atlas, 2006.
- DOUGLAS, W. *Palavra para os concurseiros amadores*. 5 jan. 2013.
- DURKHEIM, Émile. *L’Éducation Morale*. Paris: Félix Alcan, 1938.
- _____. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- DURU-BELLAT, Anne. *L’inflation scolaire. Les désillusions de la méritocratie*. Paris: La République des Idées\Seuil, 2006.
- _____. *Le mérite contre la justice*. Paris: Presses de Sciences Po, 2009.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder — formação do patronato político brasileiro*. vols. 1 e 2. Porto Alegre: Globo, 1977.
- FLAUZINO, D. P.; BORGES-ANDRADE, J. E. *Comprometimento de servidores públicos e*

- alcance de missões organizacionais*. “Revista de Administração Pública”, v. 42, n. 2, p. 253–273, abr 2008.
- FONTAINHA, Fernando de Castro; GERALDO, Pedro Heitor Barros; VERONESE, Alexandre; ALVES, Camila Souza. *O concurso público brasileiro e a ideologia concurreira*. Revista Jurídica da Presidência, v. 16, p. 671-702, 2015.
- FONTAINHA, F. C.; GERALDO, P. H. B.; VERONESE, A.; ALVES, C. S.; FIGUEIREDO, B. H. F.; WALDBURGER, J. *Processos seletivos para a contratação de servidores públicos: Brasil, o país dos concursos?*. Série “Pensando o Direito”, v. 49, p.291-392, 2013.
- _____. *Novas ideias em direito. Resultados de Pesquisa*. Edição FGV Direito Rio, 2014.
- FONTAINHA, Fernando de Castro. *O Perfil do Aluno da EMERJ: Um estudo sobre 'concursandos'*. Revista da EMERJ, v. 56, p. 7-31, 2011.
- FREITAS, G. M. B. *Seleção de magistrados no Brasil e o papel das escolas de magistratura: algumas reflexões para a magistratura do trabalho*. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v. 47, n. 77, p. 193-210, jan./jun.2008.
- GOLDTHORPE, John. *The Myth of Education-Based Meritocracy*. New Economy, v.4, n. 10, 2003.
- _____. *Problems of Meritocracy*. In: ERIKSON, Robert; JONSSON, Jan. Can education be equalized?. Boulder: Westview Press, 1996.
- GOMES, L. R. *Políticas de Seleção de Professores: Estudo Sobre os Concursos Públicos para Movimentos de Cargo de Professor I da Rede Estadual Paulista na Década*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o sistema representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.
- MACHADO JÚNIOR, A. *Controle Jurisdicional nos Concursos Públicos*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2006.
- MANCINI, A. P. G. *Concursos Públicos para Admissão de Professores no Município da Corte: 1876-1886*. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul, 1999.
- MARTINO, A. S. de. *Coerência e coesão na interpretação de textos em provas de concursos públicos*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- MEHAN, Hugh. *Accomplishing classroom lessons*. In: CICOUREL, Aron et al. *Language use and school performance*. New York: Academic Press, 1974.
- _____. *Structuring School Structure*. Harvard Educational Review. V. 48, n. 1, 1978.

- _____. *The competent student*. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, 1979. (Sociolinguistic working paper, 61)
- _____. *Understanding inequality in schools: the contribution of interpretive studies*. Sociology of Education, New York, v. 65, n. 1, 1992.
- MEHAN, Hugh; VILLANUEVA, Irene; HUBBARD, Lea; LINTZ, Angela. *Constructing school success: the consequences of untracking low-achievement students*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MEIRELLES, D. R. S. *Cursos Jurídicos Preparatórios: Espaço de formação profissional, reflexo de deformação do ensino ou reprodução de ideais corporativos?* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 26ª ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- MINGAT, Alain. *Expliquer la variété des acquisitions au cours préparatoire: les rôles de l'enfant, la famille et l'école*. Revue Française de Pédagogie, Lyon, v. 1, n. 95, 1991.
- NUNES, P. *Conflitos de interesse: reflexões ao regime do pós-emprego público*. "Economia Global e Gestão", v. 15, n. 2, p. 137–157, set 2010.
- OLIVEIRA, A. C. *O ingresso das pessoas com deficiência no serviço público: alcances e limites do processo educativo*. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006.
- PASSOS, D. V. S. *Concurso público e transformações no judiciário brasileiro: o modelo de seleção e as novas competências para o exercício da magistratura*. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2013.
- PAULA, A. P. P. de. *Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social*. "Revista de Administração de Empresas", v. 45, n. 1, p. 36–49, mar 2005.
- PUPPO LUZ, L. DEL; SILVA, C. M. *O exercício de estudar nos cursinhos destinados aos concursos públicos*. "Fractal Revista de Psicologia", v. v. 20, n. no.1, p. 285–304, 2008.
- RUTKOWSK, J. *Qualidade no serviço público - um estudo de caso*. "GESTÃO & PRODUÇÃO", v. v.5, n. n.3, p. 284–297, 1998.
- SANTANA JUNIOR, J. J. B. de; PEREIRA, D. M. V. G.; LOPES, J. E. DE G. *Análise das habilidades cognitivas requeridas dos candidatos ao cargo de contador na Administração Pública Federal, utilizando-se indicadores fundamentados na visão da Taxonomia de Bloom*. "Revista Contabilidade & Finanças", v. 19, n. 46, p. 108–121, abr. 2008.

- SANTOS, A. R. *Metodologia Científica: a construção do conhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SCHIRMER, M. S. D. A. *Da Investidura de Servidores Públicos*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2001.
- SOUSA, A. R. de. *O Processo Administrativo do Concurso Público*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2011
- SPILKI, A.; TITTONI, J. *O modo-indivíduo no serviço público: descartando ou descartável*. “Psicologia & Sociedade”, v. 17, n. 3, p. 67–73, dez 2005.
- THELOT, Claude. *Tel père, tel fils? Position sociale et origine familiale*. Paris: Dunod, 1982.
- VASCONCELOS, T. da S. *O acesso aos cargos, empregos e funções públicas e os princípios constitucionais na gestão pública brasileira*. Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.
- WEBER, Max. *Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal*. In: CAMPOS, Edmundo (org.) “Sociologia da Burocracia”. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. _____. *Sobre a teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Moraes, 1991.
- YOUNG, Michael. *The rise of the meritocracy*. London: Transaction Publishers, 1994.
- ZIMDARS, Anna. *Challenges to Meritocracy? A study of the social mechanisms in student selection and attainment at the University of Oxford*. Tese (Doutorado em Sociologia) – University Oxford, 2007. _____. *Fairness and undergraduate admission: a qualitative exploration of admissions choices at the University of Oxford*. Oxford Review of Education. v. 38, n. 3, 2010. _____. *The Competition for Pupillages at the Bar of England and Wales: 2000-2004*. Journal of Law and Society, v. 28, n. 4, 2011.